

Propriedade Intelectual: panorama do desenho industrial entre os microempresários do setor de marcenaria da região metropolitana de Belém

Intellectual Property: overview of industrial design among micro entrepreneurs in the woodwork sector in the metropolitan region of Belém

Fábio dos Santos Teixeira¹

Carlos Alberto Machado da Rocha¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Belém, PA, Brasil

Resumo

Em mercados competitivos, o desenho industrial constitui modalidade de propriedade intelectual de extrema relevância para setores como o da marcenaria. Contudo, surge o questionamento sobre quanto os gestores dessa categoria econômica conhecem essa modalidade de proteção. Diante do exposto, o presente artigo teve como objetivo verificar o nível de conhecimento dos microempresários do setor de marcenaria da Região Metropolitana de Belém sobre propriedade intelectual e em especial sobre desenho industrial. Para isso, foi realizado um estudo exploratório descritivo com enfoque quantitativo, no qual foi possível contar com 10 respondentes dos 24 possíveis. A pesquisa possibilitou observar que, entre os pesquisados, cerca de 80% desconhecem o tema. Dessa forma, nota-se a necessidade de inserção de conhecimentos sobre o assunto entre os microempresários do setor para difundir a temática e sensibilizá-los quanto à importância da proteção das criações geradas.

Palavras-chave: Marcenaria. Propriedade Intelectual. Desenho Industrial.

Abstract

In competitive markets, industrial design is an extremely relevant type of intellectual property for sectors such as carpentry. However, the question arises about how much the managers of this economic category know about this type of protection. Given the above, this article aimed to verify the level of knowledge of micro-entrepreneurs in the carpentry sector in the Metropolitan Region of Belém on intellectual property and in particular on industrial design. For this, a descriptive exploratory study with a quantitative focus was carried out, in which it was possible to count on 10 respondents out of a possible 24. The research made it possible to observe that among those surveyed, about 80% are unaware of the topic. Thus, there is a need to insert knowledge on the subject among micro-entrepreneurs in the sector in order to disseminate the theme and sensitize them to the importance of protecting the creations generated.

Keywords: Woodwork. Intellectual Property. Industrial Design.

Área Tecnológica: Propriedade Intelectual. Inovação e Setor Moveleiro.



1 Introdução

O termo marcenaria se apresenta de duas formas distintas: a primeira relativa às técnicas utilizadas para construção de móveis de madeira; a segunda refere-se ao local onde são fabricados esses produtos, sendo importante frisar que, apesar de ela ser diversa, a produção de móveis se mostra como o mais relevante do ponto de vista econômico devido ao tamanho de seu mercado. Contudo, embora elas estejam ativas no mercado há bastante tempo, aparentemente as marcenarias apresentam uma organização produtiva desatualizada (GUERREIRO, 2012).

De acordo com Brainer (2018), a indústria moveleira é um dos setores fabris mais significativos para a economia nacional, seja pelo seu valor de produção ou pelo seu potencial em gerar empregos. Tanto que em 2020 o setor foi responsável por criar mais de 270.000 empregos diretos e indiretos e se posicionou na sexta colocação no *ranking* de produtores mundiais com uma produção de R\$ 69,9 bilhões, segundo dados do relatório setorial da indústria de móveis no Brasil (BRASIL MÓVEIS, 2021).

Esse tipo de atividade de marcenaria é bastante disseminado no Brasil, registrada em praticamente todo país (GALINARI *et al.*, 2013), apresentando grande participação das microempresas, principalmente nos últimos anos (BRAINER, 2021). As microempresas podem ser definidas como as empresas, devidamente registradas, que ganham, em cada ano-calendário, receita igual ou inferior a R\$ 360.000,00, de acordo com o artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006).

No Estado do Pará, o número de empresas cadastradas com essas características no ano de 2020 foi de 444, sendo que, desse total, 110 estão presentes na Região Metropolitana de Belém (RMB) (DATASEBRAE, 2022). Em se tratando da Região Metropolitana de Belém, segundo o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), essa área é composta de sete municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal (FNEM, 2022).

Entre as empresas contidas nessa área, muitas são associadas ao Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado do Pará (SINDMÓVEIS), entidade fundada em 1949 com o propósito de representar formalmente as indústrias moveleiras da região. Além da representação sindical, o objetivo da instituição é fomentar condições de desenvolvimento para o setor, seja por meio de apoio aos associados, articulação política, ações comerciais ou programas inovadores¹.

É importante frisar que, além das características já apresentadas sobre o setor, outro ponto a se destacar sobre a indústria moveleira é o contínuo processo de diversificação e de transformação de seus produtos, impulsionados sobretudo pela expansão tecnológica e pela reorganização empresarial (FRANDOLOSO *et al.*, 2018). Contudo, apesar de seu desenvolvimento, o setor se apresenta de modo pouco inovador. Essa afirmação pode ser confirmada pelos dados da pesquisa “*Caminhos da Inovação na Indústria Gaúcha*” que apontou que o perfil médio da indústria no Estado do Rio Grande do Sul é de pouca inovação (ZAWISLAK *et al.*, 2015). Esse dado é relevante considerando-se que a região é referência no segmento no Brasil.

Esse panorama de baixos investimentos em inovação no setor impacta diretamente na proteção dos ativos intangíveis de propriedade intelectual. Já que esse setor atua como um importante mecanismo de apoio à inovação, uma vez que ele estimula atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e garante retorno financeiro a partir dos conhecimentos produzidos

¹ M. Martins e S. Nauar, comunicação pessoal, 30 de agosto de 2022.

(MATOS *et al.*, 2012). Entre esses ativos, destaca-se o registro de desenho industrial, importante instrumento de proteção que pode ser usado de forma estratégica para se posicionar com vantagens em relação à concorrência (DE LA HOUSSAYE; PERALTA, 2018).

Contudo, observa-se que ele não está sendo aproveitado. Pois, segundo o painel de estatísticas de propriedade industrial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), do total de depósitos de desenho industrial por origem e natureza jurídica do depositante, no período de janeiro a março de 2022, foram totalizados apenas 1.666 depósitos, destes, somente 261 foram realizados por microempresas, ainda com base no painel do *ranking* de depositantes residentes no ano de 2022, no período de janeiro a março, foram realizados apenas três depósitos de desenho industrial no Estado do Pará (INPI, 2022). Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo verificar o nível de conhecimento dos microempresários do setor de marcenaria da Região Metropolitana de Belém (RMB) sobre propriedade intelectual e em especial sobre desenho industrial.

2 Metodologia

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva com enfoque quantitativo, utilizando-se como instrumento o questionário, aplicado nos meses de agosto a setembro de 2022. O grupo pesquisado foi composto de microempresários do setor de marcenaria da RMB, cadastrados no Sindmóveis que aceitaram as condições presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinando o documento.

É importante frisar que, para a base legal desta pesquisa, foram seguidas as normas previstas na Resolução n. 466/12 e na Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Sendo que o presente estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Pará – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Campus II, sob o parecer n. 5.556.370.

Com isso, a presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, foi solicitado ao presidente do Sindmóveis, por meio de ofício enviado via correio eletrônico, uma lista com o quantitativo de microempresas cadastradas que estão contidas na Região Metropolitana de Belém (RMB), com o nome e o contato de seus respectivos gestores.

Na segunda etapa, após recebimento da lista, verificou-se qual seria o universo da pesquisa, constatando-se 24 microempresas cadastradas. Em seguida, foi realizado contato direto com os gestores, por meio de ligação telefônica, em que foi exposto de forma breve o projeto, apresentando também informações referentes aos requisitos a serem adotados pelos integrantes para que fossem elegíveis a participar da pesquisa, entre elas, ressalta-se o fato de que eles deveriam concordar com os termos presentes no TCLE, explicando aos gestores o que seria esse documento.

Além disso, foi explicado como seria a participação no projeto, sendo esclarecido que seria por meio do preenchimento de um questionário, que continha perguntas relacionadas a características do entrevistado e conhecimentos a respeito de propriedade intelectual e desenho industrial. Após todas as explicações, foram feitos os convites para que eles fizessem parte do estudo. É importante destacar que, após o convite, foi entregue aos gestores que demonstraram interesse o TCLE e dado um prazo de cinco dias para que lessem e assinassem caso tivessem desejo em participar da pesquisa.

Na terceira etapa, foi recolhido o TCLE dos gestores que aceitaram participar da pesquisa, constituindo-se, assim, a amostra da pesquisa, com 10 microempresários. Em seguida, foi aplicado o questionário composto de 15 questões distribuídas em três seções (Perfil dos respondentes, Propriedade intelectual e Desenho industrial) elaboradas pelo pesquisador, desenvolvido no Google Forms (aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google). Nas seções Propriedade intelectual e Desenho industrial, o questionário é estruturado com perguntas fechadas dicotômicas (pergunta com apenas duas opções de resposta) de resposta única. O Quadro 1 apresenta as perguntas contidas no questionário.

Quadro 1 – Perguntas feitas aos microempresários do setor de marcenaria da Região Metropolitana de Belém, cadastrados no Sindmóveis

PERGUNTAS
Perfil dos respondentes
Qual o seu sexo?
Qual a sua faixa etária (idade)?
Qual o seu estado civil?
Qual o seu grau de escolaridade?
Propriedade intelectual
Você sabe o que é Propriedade Intelectual (PI)?
Você conhece a Lei n. 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial)?
Você sabe qual o objetivo da propriedade intelectual?
Sua empresa possui alguma propriedade intelectual protegida?
Você sabe o que é propriedade industrial?
Desenho industrial
Você sabe o que é desenho industrial?
Você sabe como registrar um desenho industrial no INPI?
Você já registrou algum desenho industrial, que tenha criado?
Você sabe a importância do registro de desenho industrial?
Sua empresa tem alguma criação (móvel: mesa, cadeira etc.) registrada como desenho industrial no INPI?
Você conhece algum concorrente que registre as criações (móveis) como desenho industrial no INPI?

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2022)

É importante frisar que, durante a aplicação do questionário, os respondentes não precisaram se identificar. Após aplicação do questionário, os resultados obtidos foram organizados e tabulados em uma planilha eletrônica, na qual foram geradas tabelas para uma melhor explanação dos resultados, possibilitando uma melhor investigação dos números. Em seguida, eles foram analisados mediante estatística descritiva.

3 Resultados e Discussão

Para verificar o nível de conhecimento sobre propriedade intelectual e em especial sobre desenho industrial, o presente estudo foi composto de uma amostra de 10 participantes, na qual todos se enquadraram nos critérios preestabelecidos, ou seja, que os respondentes da

pesquisa fossem microempresários do setor da marcenaria da Região Metropolitana de Belém (PA) sindicalizados ao Sindmóveis e aceitassem o TCLE.

Com isso, após aplicação do questionário, a pesquisa apontou na seção perfil dos respondentes a prevalência do sexo masculino, constituindo 100,0% (n=10) da amostra. Com relação à faixa etária, a maior frequência ficou no grupo etário compreendido entre 40 a 49 anos, compondo (40%). Em relação ao estado civil, a maior porcentagem foi de casados (70%). No quesito escolaridade, a maioria da amostra neste estudo, 60% (n=6), mostrou ter concluído o ensino médio, ao passo que 10% (n=1) apresentaram o grau de mestre ou superior. Todos os dados do perfil dos respondentes deste estudo estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes da amostra

PERFIL DOS RESPONDENTES			
Número de participantes:		10	
Tipo de resposta:		Única	
VÁRIÁVEIS	Nº DE RESPOSTAS	%	
Sexo			
Masculino	10	100%	
Feminino	0	0%	
Total	10	100%	
Faixa Etária (anos)			
18 a 29	0	0%	
30 a 39	3	30%	
40 a 49	4	40%	
50 a 59	1	10%	
60 ou >	2	20%	
Total	10	100%	
Estado Civil			
Solteiro(a)	3	30%	
Casado(a)	7	70%	
Divorciado(a)	0	0%	
Viúvo(a)	0	0%	
Outros	0	0%	
Total	10	100%	
Grau de Escolaridade			
Ensino Fundamental incompleto	1	10%	
Ensino Fundamental completo	1	10%	
Ensino médio incompleto	1	10%	
Ensino médio completo	6	60%	
Ensino superior	0	0%	
Mestrado ou superior	1	10%	
Total	10	100%	

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2022)

Ao analisar os resultados obtidos das variáveis pesquisadas na Tabela 1 e comparando com pesquisas em âmbito nacional, como a do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), realizada em maio de 2022, referente ao perfil do microempresário e com dados do relatório executivo do empreendedorismo no Brasil 2019, da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), foi possível constatar a predominância de resultados em duas das quatro variáveis utilizadas na pesquisa, que são sexo e faixa etária. Esses estudos indicaram os mesmos resultados da presente pesquisa, ou seja, o predomínio de homens entre os microempresários pertencentes à faixa etária entre 40 a 49 anos. Em se tratando de percentuais, os dados da pesquisa do Sebrae sobre as variáveis sexo e faixa etária indicaram respectivamente (71%) e (27%) (DATASEBRAE, 2022). Enquanto o relatório executivo do empreendedorismo indicou (56,5%) e (27,5%), respectivamente (GEM, 2019). Por outro lado, no trabalho de Alves *et al.* (2008), o resultado da variável faixa etária apresenta-se muito similar às apresentadas na presente pesquisa, ou seja, igual ou superior a 40 anos.

É possível inferir que o resultado relacionado à variável sexo pode ser explicado pelo seguinte fator: a sua natureza empreendedora, isto é, quando esse segmento de mercado surgiu, ele foi estabelecido na sua origem como uma atividade empreendedora com forte presença de homens, o que pode explicar os dados da presente pesquisa. Essa percepção é corroborada por Da Silva *et al.* (2018, p. 15), já que os autores afirmam que “[...] o setor em que as mulheres mais adentram como empreendedoras são os serviços e o comércio [...]”, como o segmento da marcenaria está vinculado à indústria, tal resultado se torna plausível.

Além disso, segundo os autores, ainda existem distorções profundas relacionadas ao sexo feminino, como as questões históricas e culturais que ainda não foram sanadas e que impedem o empreendedorismo feminino em certos setores, por exemplo, o da marcenaria. Uma forma de mudar esse cenário seria a implementação de políticas e programas de apoio ao empreendedorismo feminino. E essa ação seria de extrema relevância no setor, pois fortaleceria a participação da mulher nos espaços de poder e de decisão de forma mais efetiva.

Em relação à variável escolaridade, ao analisar a presente pesquisa com as três pesquisas citadas anteriormente, percebe-se discrepâncias. Segundo a pesquisa do Datasebrae (2022), nessa variável, ocorreu o predomínio do ensino superior com (44%), na pesquisa GEM (2019), sobressaiu-se o ensino médio completo com (32,7%), enquanto o estudo de Alves *et al.* (2008) destacou, entre os empreendedores, o ensino fundamental incompleto com (28%).

Contudo, pelo fato de as pesquisas Datasebrae (2022) e GEM (2019) serem estudos de âmbito nacional e abarcarem gestores de diferentes setores no estudo, é plausível que ocorram tais resultados. Com relação à pesquisa de Alves *et al.* (2008), mesmo apresentando uma diferença temporal e local com o presente estudo, é possível observar que ocorreu uma evolução educacional importante, o que pode impactar positivamente o setor futuramente.

De acordo com Cardozo (2019), o nível de formação dos empreendedores afeta a forma de enxergar o mundo à sua volta, além de apresentar grande influência na gestão do negócio. Quanto à variável estado civil, infelizmente não foram encontradas literaturas comparativas relacionadas aos microempresários do setor da marcenaria que colaborassem para a análise dos resultados.

Como apresentado na Tabela 2, nas respostas às questões da seção Propriedade Intelectual (PI), predominou a resposta “não” (80% a 100% responderam negativamente) quanto aos conhecimentos sobre PI.

Tabela 2 – Respostas de todos os indivíduos da amostra ao questionário, relacionadas à seção conhecimento sobre Propriedade Intelectual

CONHECIMENTO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL			
Número de participantes:		10	
Tipo de resposta:		Única	
PERGUNTAS E OPÇÕES DE RESPOSTAS		Nº RESPOSTAS	%
Você sabe o que é propriedade intelectual?			
	Sim	2	20%
	Não	8	80%
	Total	10	100%
Você conhece a Lei n. 9.279/96?			
	Sim	1	10%
	Não	9	90%
	Total	10	100%
Você sabe qual o objetivo da propriedade intelectual?			
	Sim	2	20%
	Não	8	80%
	Total	10	100%
Sua empresa possui alguma propriedade intelectual protegida?			
	Sim	0	0%
	Não	10	100%
	Total	10	100%
Você sabe o que é propriedade industrial?			
	Sim	1	10%
	Não	9	90%
	Total	10	100%

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2022)

Analisando os dados da Tabela 2, constata-se que o público-alvo pesquisado apresenta um profundo desconhecimento sobre o tema. Esses dados refletem as impressões de Biagiotti (2018), quando ele afirma que, apesar de o Brasil possuir uma legislação que trata sobre o assunto, grande parte da população a desconhece. Essa insipiência, segundo o autor, pode acarretar diversos prejuízos, como negociações prejudiciais, evasões de divisas e adoção de estratégias equivocadas, contribuindo negativamente para o desenvolvimento do país.

É importante destacar que esses números da pesquisa reforçam a importância de se criarem e fomentarem políticas e/ou programas robustos voltados para a difusão massiva de conhecimento sobre propriedade intelectual no Brasil, sobretudo para empreendedores de setores criativos como o da marcenaria, de forma que sejam suficientemente abrangentes e de modo que abarquem os mais diversos perfis, aspirações e expectativas.

Uma sugestão de ação seria desenvolver programas sobre propriedade intelectual voltados especificamente para mulheres empreendedoras do setor da marcenaria. Esse direcionamento se justifica, pois, conforme apontam Oliveira *et al.* (2019), a propriedade intelectual possui papel fundamental no fortalecimento feminino, uma vez que ações mais consistentes permitem uma maior participação das mulheres no desenvolvimento de tecnologias.

Além disso, existe a necessidade de ampla divulgação do tema, de forma que permita aos microempresários do setor esse contato inicial, sobretudo em relação ao seu arcabouço legal, por exemplo, o entendimento básico de leis importantes para o fomento da propriedade intelectual, como a Lei n. 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial), contida na pergunta do questionário, que disciplina as questões relativas à propriedade industrial no Brasil e a proteção das submodalidades, a Lei n. 10.973/2004 (Lei de Inovação Tecnológica) e o atual Decreto n. 9.283/2018, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, entre outras.

Portanto, conforme indicam os dados, fica evidente que existe a necessidade urgente de criar meios para difundir o conhecimento sobre a propriedade intelectual entre o público-alvo pesquisado, sobretudo desenvolvendo meios de demonstrar sua importância estratégica comercial no cenário mundial, além de evidenciar sua relevância para o país, por meio da inovação. Afinal, de acordo com Araújo *et al.* (2010, p. 1), “[...] o conhecimento e a capacidade de inovar têm papel importante para o desenvolvimento de um país”.

Nas respostas às questões da seção que aborda conhecimentos sobre desenho industrial, predominou a resposta “não” (90% a 100% responderam negativamente), como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Respostas de todos indivíduos da amostra ao questionário, relacionadas à seção conhecimento sobre Desenho Industrial

CONHECIMENTO SOBRE DESENHO INDUSTRIAL			
Número de participantes:			10
Tipo de resposta:			Única
PERGUNTAS E OPÇÕES DE RESPOSTAS		Nº RESPOSTAS	%
Você sabe o que é desenho industrial?			
	Sim	1	10%
	Não	9	90%
	Total	10	100%
Você sabe como registrar um desenho industrial no INPI?			
	Sim	0	0%
	Não	10	100%
	Total	10	100%
Você já registrou algum desenho industrial que tenha criado?			
	Sim	0	0%
	Não	10	100%
	Total	10	100%

Você sabe a importância do registro de desenho industrial?

Sim	1	10%
Não	9	90%
Total	10	100%

Sua empresa tem alguma criação (um móvel, exemplo: cadeira, mesa, etc.) registrado como desenho industrial no INPI?

Sim	0	0%
Não	10	100%
Total	10	100%

Você conhece algum concorrente que registre as criações (móveis) como desenho industrial no INPI?

Sim	1	10%
Não	9	90%
Total	10	100%

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo (2022)

Examinando os dados da Tabela 3, constata-se similaridade entre os resultados da seção anterior, em que o público-alvo pesquisado apresenta um quase total desconhecimento sobre o tema. Esses resultados apresentam-se coerentes, visto que, se esse público desconhece a propriedade intelectual, consequentemente, não poderia reconhecer o desenho industrial.

Conforme aponta Basso (2014), esse recurso vem sendo negligenciado por parte dos gestores de diversas áreas, tanto no momento da criação, quanto na análise do patrimônio. Ainda segundo ela, isso se deve possivelmente à resistência dos referidos gestores em se apropriar desses ativos intangíveis. Entretanto, é possível questionar parcialmente tal afirmação, pois fica evidente, a partir dos dados da pesquisa com o público-alvo, que essa ausência de proteção não se trata necessariamente de menosprezo ou resistência por parte dos gestores, mas sim do seu desconhecimento sobre o tema.

Por outro lado, é possível que esse cenário na indústria moveleira tenha raízes mais profundas, provocadas provavelmente pelos baixos investimentos em ativos intangíveis no decorrer dos anos, por exemplo, em inovação. Essa percepção pode ser confirmada se tomarmos como referência a Pesquisa de Inovação Tecnológica 2008 (PINTEC, 2008) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), na qual foram apresentados dados relacionados ao setor, e a pesquisa apontou que o setor moveleiro é um dos menos inovadores da indústria de transformação.

De acordo com essa pesquisa de inovação realizada no triênio (2006-2008), de uma lista de 37 atividades da indústria de transformação, o setor moveleiro relacionado à fabricação de móveis foi uma das atividades com pior desempenho referente aos dispêndios em atividades internas de P&D, representando apenas 0,16% da Receita Líquida de Vendas, com isso, ficando na 31ª colocação no ranking. Além disso, somente 2,90% das empresas moveleiras pesquisadas declararam ter lançado produtos que representaram inovações para o mercado nacional, colocando o setor somente na 28ª posição. No caso das inovações de processo, o resultado é ainda mais crítico, com apenas 0,51% posicionando-se no 36º lugar.

É provável que esse cenário não tenha se alterado no decorrer dos anos, já que, conforme dados da Pintec 2017 (IBGE, 2020), houve um recuo de 2,4 pontos percentuais (p.p), relativo à pesquisa Pintec 2014 (IBGE, 2016), saindo de uma taxa de inovação de 36% em 2014 para 33,6% em 2017, sugerindo uma fase de crescimento das dificuldades enfrentadas pelas empresas para realizar inovação, que possivelmente impactou na difusão no desenho industrial.

Esse cenário apresenta-se tão crítico para o setor de marcenaria, que, de acordo com um estudo realizado em 2013, intitulado “*Panorama do uso da Propriedade Industrial*”, dos contratos de tecnologia e dos programas de computador no Brasil 2000-2012, do total de pedidos de registro de desenho industrial depositados entre 2007 e 2012 pelos setores econômicos, constatou-se que, nos depósitos de desenho industrial por atividade econômica, o setor de móveis foi responsável por apenas 3% do total da indústria de transformação (CARVALHO *et al.*, 2013).

Diante desse contexto preocupante, é necessário que haja a criação urgente de mecanismos específicos de difusão do conhecimento sobre desenho industrial para o setor de marcenaria. Uma sugestão seria a criação de um material didático voltado especificamente para o setor. Esse projeto possibilitaria incentivar a disseminação do tema em todo o setor, sensibilizando os personagens envolvidos sobre sua importância como ativo intangível de proteção das criações geradas por meio de registro de desenho industrial.

4 Considerações Finais

Ponderando a literatura disponível, bem como as respostas do público-alvo ao questionário, foi possível observar que o perfil dos respondentes constitui-se de homens, correspondendo a 100% da amostra, com idade igual ou superior a 40 anos, representando 40% dos respondentes, sendo que 70% desse público são casados e 60% deles possuem o ensino médio completo. O nível de conhecimento desse público-alvo sobre propriedade intelectual e em particular sobre desenho industrial apresenta-se crítico, uma vez que pelo menos 80% dos respondentes desconhecem os temas abordados.

Esses resultados, sobretudo no que se refere ao nível de conhecimento dos microempresários do setor da marcenaria da Região Metropolitana de Belém sobre os temas refutam parcialmente as impressões de Basso (2014), já que não se trata necessariamente de negligência ou resistência, mas sim de desconhecimento por grande parte dos respondentes.

Desse modo, seria de extrema relevância a criação de programas de fomento para a difusão de conhecimento sobre propriedade intelectual com foco no desenho industrial direcionados ao setor. Além disso, é primordial que esses projetos tenham uma linguagem simples e direta para facilitar a compreensão do tema pelo público que o utilizará. Então, é essencial criar um material eficaz que aborde a propriedade intelectual e o desenho industrial de uma forma didática, permitindo a sua assimilação e possibilitando que vejam suas criações como recursos importantes que podem se tornar passíveis de proteção por registro de desenho industrial e que possam efetivamente se tornar ativos intangíveis para a firma.

5 Perspectivas Futuras

A aplicação do questionário foi a primeira etapa para investigar e entender como se encontrava o nível de conhecimento do público-alvo pesquisado, tornando-se uma base de apoio importante de informações. Futuramente, espera-se realizar um estudo complementar com a finalidade de construir um material específico voltado para o público em questão relacionado ao tema proposto, permitindo inserir conceitos tecnológicos e de inovação.

Entende-se que, após a construção e a difusão desse material, seria interessante também obter resultados acerca de sua aplicação pelos microempresários do setor de marcenaria da Região Metropolitana de Belém para analisar a assimilação dos conceitos apresentados. Sendo assim, esta pesquisa se torna um ponto inicial para transformar a realidade de um público específico.

Além disso, é importante destacar que, apesar de este trabalho apresentar somente o cenário dos microempresários do setor na região, possivelmente os resultados e as conclusões apresentados na presente pesquisa se estendam para outros enquadramentos empresariais, por exemplo, para o microempreendedor individual (MEI), uma vez que os gestores do setor apresentam características semelhantes entre si, como evidenciado pela literatura disponível. Como melhoria para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação do estudo para outros enquadramentos empresariais do setor para verificar sua real situação.

Referências

- ALVES, R. R. *et al.* Diagnóstico e caracterização das marcenarias na cidade de Viçosa, MG. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 29, n. 4, p. 789-798, out.-dez. 2008. ISSN: 1676-546X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4457/445744090007.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- ARAÚJO, E. F. *et al.* Propriedade Intelectual: proteção e gestão estratégica do conhecimento. **Revista Brasileira de Zootecnia**, [s.l.], v. 39, p. 1-10, 2010 (supl. Especial). ISSN 1806-9290. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbz/a/qvhFGsx5DspdgdHZkRSv9pf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2022.
- BASSO, M. **Brasil deve estimular proteção da propriedade intelectual**. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-jan-20/maristela-basso-brasil-estimular-protexao-propriedade-intelectual>. Acesso em: 26 out. 2021.
- BIAGIOTTI, L. C. M. **A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento econômico da nação**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/27655075/a_importancia_da_propriedade_intelectual_para_o_desenvolvimento_economico_da_nacao?bulkdownload=thispaper-toprelated-sameauthor-citingthis-citedbythis-secondordercitations&from=cover_page. Acesso em: 2 set. 2022.
- BRAINER, M. S. C. P. Setor moveleiro: aspectos gerais e tendências no Brasil e na área de atuação do BNB. **Caderno Setorial ETENE**, [s.l.], ano 3, n. 34, junho 2018. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/352/3/2018_CDS_34.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BRAINER, M. S. C. P. Setor moveleiro: Brasil e área de atuação do BNB – análise de aspectos gerais. **Caderno Setorial ETENE**, [s.l.], ano 6, n. 169, julho 2021. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/827/1/2021_CDS_169.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.283, de 7 de fevereiro de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL MÓVEIS. **Relatório Setorial da Indústria de Móveis no Brasil**. [S.l.]: ABIMÓVEL – Associação Brasileira das Indústrias de Mobiliário; Editora IEMI, 2021.

CARDOZO, J. W. S. Escolaridade dos empreendedores brasileiros: uma análise sobre os proprietários de negócios iniciais e estabelecidos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s.l.], ano 4, ed. 10, v. 10, p. 129-138, outubro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/escolaridade-dos-empresarios>. Acesso em: 8 set. 2022.

CARVALHO, S. M. P. *et al.* **Panorama do uso da propriedade Industrial, dos contratos de Tecnologia e dos programas de Computador no Brasil 2000-2012**. Livro Propriedade Intelectual e Inovação na Agricultura. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas-e-estudos-economicos/arquivos/estudos/livro-propriedade-intelectual-e-inovacoes-na-agricultura_cap-14.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

DA SILVA, J. S. *et al.* Empreendedorismo feminino no Brasil: teorias, políticas e tendências. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 30-46, 2018. ISSN 2318-9231. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cge/article/view/27311/16077>. Acesso em: 1º set. 2022.

DATASEBRAE. **Painel de empresas**. [2020]. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>. Acesso em: 1º ago. 2022.

DATASEBRAE. **Perfil das MPEs**, maio de 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempresario/>. Acesso em: 2 set. 2022.

DE LA HOUSSAYE, C.; PERALTA, P. Critérios comparados de exame de Desenho Industrial: INPI, USPTO EJPO. In: 13ª CONGRESSO PESQUISA & DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, Univille, Joinville (SC), 05 a 08 de novembro de 2018. 15p. **Anais [...]**. Joinville, SC, 2018. Disponível em: http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/ped2018/3.3_ACO_20.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

FNEM – FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS. **Região Metropolitana de Belém (PA)**. 2022. Disponível em: <https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-belem-pa/>. Acesso em: 1º fev. 2022.

FRANDOLOSO, M. A. L. *et al.* Inovação pelo Design na Indústria Moveleira: o Polo Moveleiro de Lagoa Vermelha/RS. **e-Revista LOGO**, [s.l.], v. 7, n. 2, 2018. ISSN 2238-2542 DOI: <http://doi.org/10.26771/e-Revista.LOGO/2018.1.05>. Disponível em: <http://stat.saudeetransformacao.incubadora.ufsc.br/index.php/eRevistaLOGO/article/view/5220/5303>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GALINARI, R. *et al.* **A competitividade da indústria de móveis do Brasil**: situação atual e perspectivas. BNDES, 2013. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1516/1/A%20mar37_06_A%20competitividade%20da%20ind%20c3%b3astia%20de%20m%20c3%b3veis%20do%20Brasil_P.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

GEM – EMPREENDEDORISMO NO BRASIL. **Relatório Executivo**. 2019. Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>. Acesso em: 1º set. 2022.

GUERREIRO, E. D. R. **Estratégia de produção em microempresas de marcenaria**. São Carlos: UFSCAr, 2012. 146f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3399/4429.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jan. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Inovação – PINTEC 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ipdeletron.org.br/wwwroot/pdf-publicacoes/4/Pintec2008.pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Inovação – PINTEC 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html?edicao=9142&t=sobre>. Acesso em: 23 out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Inovação – PINTEC 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101706>. Acesso em: 9 set. 2022.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Painel de Estatísticas de Propriedade Industrial**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 31 nov. 2022.

MATOS, L. B. S. *et al.* Propriedade intelectual e mecanismos de apropriabilidade em redes locais: um estudo de caso sobre o APL de móveis da região metropolitana de Fortaleza. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE GESTIÓN TECNOLÓGICA E INNOVACIÓN (COGESTEC), 3., 2012, Medellín. **Anais** [...]. Medellín, 2012. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03088814/document>. Acesso em: 2 fev. 2022.

MARTINS, M.; NAUAR, S. **Apresentação SINDMÓVEIS**. [Projeção visual]. 2022. 71 dispositivos: color. Acesso em: 30 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. K. *et al.* A importância da propriedade intelectual para a redução da desigualdade de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, 5., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, SC, 2019. p. 827-833. Disponível em: <http://www.api.org.br/conferences/index.php/ENPI2019/ENPI2019/paper/viewFile/733/400>. Acesso em: 9 set. 2022.

ZAWISLAK, P. *et al.* **Caminhos da Inovação na Indústria Gaúcha**. 2015. Disponível em: https://www.ufrgs.br/nitec/wp-content/uploads/2015/12/revista_inova.pdf. Acesso em: 1º fev. 2022.

Sobre os Autores

Fábio dos Santos Teixeira

E-mail: arqfabio28@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4122-1902>

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará em 2009.

Endereço profissional: Rua da Marinha passagem São Sebastião, n. 668, Marambaia, Belém, PA. CEP: 66623-020.

Carlos Alberto Machado da Rocha

E-mail: carlos.rocha@ifpa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3037-1323>

Doutor em Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará em 2009.

Endereço profissional: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Avenida Almirante Barroso, n. 1.155, Marco, Belém, PA. CEP: 66093-020.